

MEIO AMBIENTE: O NATURAL E O PRODUZIDO

Wagner Costa Ribeiro

*Professor Auxiliar de Ensino do
Departamento de Geografia da FFLCH-USP*

A problemática ambiental consta na ordem do dia do discurso de políticos, intelectuais, professores, dirigentes sindicais, para dar alguns exemplos. O que levou a essa preocupação com o meio ambiente?

Para responder a esta indagação, vamos analisar a problemática ambiental sobre duas matrizes que se justapõem: o ambiente natural e o ambiente produzido.

É importante ressaltar que esta divisão é uma construção teórica, um instrumento analítico, um recurso de trabalho (Seabra, 1984). O ambiente seria, na verdade, a síntese das diversas formas de apreensão que a organização social dos agrupamentos humanos definiu ao longo da sua trajetória, através das relações internas desses agrupamentos. Assim a "Natureza", o "meio ambiente", ou qualquer outro nome que se queira dar àquilo que, na concepção moderna, foi delimitado (pelos homens) como exterior ao próprio homem, criando a idéia de um recurso disponível, teve, para citar apenas um exemplo, na Grécia antiga uma outra concepção. Naquele período da civilização ocidental a "natureza" era apreendida como um todo onde tudo se articulava, inclusive o homem, de maneira orgânica, como já comentaram vários autores (Casini, 1979; Collingwood, 1986; Gonçalves, 1989; Vesentini, 1989).

O nosso objetivo aqui é o de apresentar a con-

cepção majoritária de "natureza" nos nossos dias, mas é importante frisar que esta leitura é marcada pelo domínio científico-tecnológico alcançado e, principalmente, por um sistema de valores que compõem a sociedade de consumo de massa, característica maior dos nossos tempos. Não menos importante é esclarecer que outros agrupamentos humanos definem formas próprias de se relacionar com a natureza, como as populações indígenas, os seringueiros, os quilombeiros, e outros tipos de enclaves culturais que subsistem à penetração do capitalismo, enquanto relação de trabalho e sistema de valores. Olhar para esses modos de vida humana alternativos à sociedade de consumo pode indicar caminhos no necessário recriar das relações humanizadas, colocadas em questão a partir do momento em que o conhecimento científico e tecnológico indica problemas que envolvem a própria subsistência da espécie humana. Na viagem da história humana, a sociedade ocidental volta-se para os selvagens que combateu e catequizou há alguns séculos, buscando novas "velhas" referências.

O ambiente natural

Por ambiente natural, entendemos aquele que é produto dos processos da natureza. Dito de outra forma, é o produto da interação dos processos físicos e químicos, cuja dinâmica diz respeito aos processos internos daqueles sistemas, nos quais a espécie humana não interfere diretamente com sua presença física.

Daí, pode decorrer outra questão: não teria a ação humana, a partir das relações sociais mundializadas, influenciado nos processos dinâmicos internos aos "sistemas naturais"?

A ação humana acabou impondo alterações sobre o ambiente natural, como desejo maior da ciência moderna (Capra, 1986). Em outras palavras, o ambiente natural também recebe intervenção antrópica, ainda que não seja ocupado por qualquer civilização. A dinâmica das massas de ar, das correntes marinhas, assim como os meios de transporte (dos objetos, das pessoas, dos dejetos) funcionam como irradiadores da ação humana em escala mundial.

Sendo assim, falar de um ambiente natural, ou melhor, um ambiente cuja dinâmica pode ser explicada a partir dos processos inerentes aos elementos constituintes do seu próprio sistema é praticamente impossível, desconsiderando-se a ação humana (cuja escala planetária é evidente aos nossos olhos), é negar um dos componentes do sistema. Por outro lado, prever ou até mesmo alterar a dinâmica dos processos naturais ainda está longe da ação humana (se pensarmos em um nível macro), tarefa incompleta da ciência moderna que justificaria, por si, querer entender os ambientes naturais, que assim ganham uma dimensão mais ampla que a de uma simples área delimitada no globo terrestre (independentemente da escala de trabalho). Podemos estudar durante anos um perfil de solo, sua mecânica e processamento químico, e dizer que temos ali um ambiente natural. Também podemos delimitar uma reserva ecológica, com o objetivo de entender um ambiente natural (Coltrinari, 1986). Mas não podemos negar que no nível de processos de macroescala, pela opção energética assumida majoritariamente pela espécie humana (e, circunscrevendo, pelos EUA, que consomem 2/3 da energia produzida no mundo!), o que levou ao uso exacerbado de recursos "naturais" não-renováveis (pela civilização ocidental, para circunscrever novamente), temos alterações na dinâmica climática do Planeta (ainda que pontualmente), acarretando mudanças no regime de chuvas, nos períodos de estiagem, nas máximas e mínimas temperaturas, desmatamento, movimento de terra (para escavar os "recursos") assoreando rios, entre outros problemas ambientais. Os exemplos citados são produto de alterações dos processos físicos e/ou químicos dos ambientes

onde ocorrem, dando nova expressão a eles, e estão vinculados à ação antrópica.

Assim, embora ocorram áreas no planeta Terra que não contam com a presença efetiva da espécie humana fixada (mesmo que temporariamente) na superfície daquela área, não podemos deixar de considerar, para entender, senão a sua gênese, mas sim a *dinâmica das áreas de ocorrência de um ambiente natural*, a ação da civilização ocidental. Para compreendermos a ocorrência dos ambientes naturais, aqueles que não têm a ocupação fixada da espécie humana, devemos atentar para os processos internos ao sistema que o produziu, quando o interesse é apreender a sua gênese. Mas, se a preocupação é entender a dinâmica daquele sistema, é necessário considerar-se a influência que a ação antrópica produz sobre o ambiente natural estudado, dimensionando-a se possível.

Passaremos agora a discorrer sobre o ambiente produzido, a partir do modelo hegemônico da civilização ocidental (como reafirmaram as recentes "cirurgias" do Ocidente, chefiadas pelo EUA, no Iraque).

O ambiente produzido

Por ambiente produzido entendemos aquele que é ocupado pela presença humana. Esta ocupação leva, necessariamente, a alterações do ambiente natural. No momento presente, podemos distinguir dois tipos majoritários de ambientes produzidos: o ambiente agrícola e o ambiente urbano.

O modo de produção hegemônico, o capitalismo, engendra na sua dinâmica a incorporação de outros modos de produção, submetendo-os à sua lógica geral, qual seja, a acumulação e reprodução do capital (Oliveira, 1981). Neste sentido, a somatória daqueles modos de produção alternativos ao capitalismo constitui uma formação econômica social e espacial, tendo no Estado-Nação a sua forma mais acabada (Santos, 1977).

A primeira alteração que o modo de produção capitalista engendra é com a terra. Tornando-a propriedade e meio de produção, escamoteia, com a idéia de recurso natural necessário às práticas agrícolas, as diferentes formas de extração da renda da terra, que tem na produtividade da terra um dos pressupostos do mecanismo de apropriação privada da natureza.

Assim, verificamos no ambiente agrícola o uso de diversos estágios do conhecimento científico e tecnológico acumulado, produzindo ambientes que se reproduzem segundo a técnica ou tecnologia empregada. Podemos ter na prática das queimadas uma estratégia agrícola, com determinadas implicações ambientais, produzindo uma paisagem que vai refletir o emprego daquela técnica. Por outro lado, a mecanização da agricultura significa de trabalho específicas, o emprego de máquinas agrícolas, reduzindo o número de trabalhadores envolvidos na produção, além do uso de defensivos agrícolas. Enquanto paisagem, as extensas áreas monocultoras expressam um padrão biológico fácil de ser quebrado, pois a não-diversidade biológica indica um falso equilíbrio ambiental.

Já no ambiente urbano, a densidade do modo de produção capitalista ganha sua concretude maior. Os fluxos de papéis, informações, pessoas e objetos têm, na forma das cidades, o lugar da passagem e destino materializados nas vias expressas que interligam, no caso das metrópoles, uma intrincada malha viária. Pensado como lugar da produção, o ambiente urbano registra na sua paisagem (a cidade) a presença de indústrias. Pensada como lugar do consumo, também apreendemos na cidade os objetos designados a este fim, desde os mercados, passando pelos *shopping centers*, até os equipamentos de lazer, como os estádios, ginásios de esportes, teatros, cinemas e praças. Pensado, ainda, como lugar da reprodução da força de trabalho, temos a presença das habitações, inclusive as subnormais, como indicadoras das posições diferenciadas que o modo capitalista de produção abarca na forma das classes sociais e o acesso diferenciado aos locais urbanos de cada fração de classe.

Os problemas ambientais que ocorrem nas áreas urbanas são múltiplos. A excessiva impermeabilização do solo impede a absorção das chuvas, aumentando a velocidade da água, que vai se dirigir mais rapidamente para as áreas baixas, aumentando a possibilidade de inundação. Também decorrente deste fato, temos a elevação da temperatura, pois o solo passa a refletir a energia solar, já que não se têm grandes extensões de áreas verdes. A má circulação das massas de ar, principalmente quando da concentração de edifícios de grande porte, também acarreta problemas, como a não-dispersão de material particulado e de gases.

A preservação ambiental

Prática reivindicada pelo movimento ambientalista, nas suas diferentes posturas (Dupuy, 1980), a preservação ambiental também deve ser vista sob a ótica do ambiente natural e do ambiente produzido.

Preservar o ambiente natural, mais que manter vivos animais e vegetais, significa manter a dinâmica do Planeta no seu curso. Significa ter clareza para entender que a vida no planeta Terra emerge e se reproduz segundo uma série de determinações, onde os fluxos da energia solar, a disponibilidade de oxigênio, a diversidade da vida nas suas diferentes manifestações (tanto no reino animal quanto no vegetal), como bem indica o conhecimento acumulado pela civilização ocidental, não se apresentam para indispor a cultura aos desígnios da natureza, mas sim para manter a trajetória humana na vida. A preservação dos ambientes naturais teria outro motivo bastante forte para ser implementada com mais vigor: a possibilidade da experimentação de outros significados para o devir humano, salvaguardados ambientes alternativos às formas de vida em curso.

Por outro lado, preservar o ambiente produzido na sua forma mais acabada, as cidades e seus objetos, é o respeito ao trabalho humano, ao destino que já foi dado (gostemos ou não) a determinados componentes do Planeta, como os metais ferrosos, e que não podem mais ser encontrados em abundância "disponíveis na natureza". Mais que isso, é o respeito à obra humana, com todas as vicissitudes que a marcam, inclusive, com as diferenças internas aos agrupamentos humanos. Merecem ser registradas e preservadas para se ter referências reais da dinâmica que a política e a dominação possibilitaram, como projetos materializados ao longo do tempo. É a concretude dos objetos, o espaço produzido nas suas múltiplas significações dos desejos possíveis tornados realidade.

A problemática ambiental, que delineamos neste trabalho, merece ser tornada referência nas discussões acerca do modo que a sociedade deseja prosseguir. Deve, portanto, passar ao âmbito da política, enquanto arte de administração dos desejos. Lembrar o ambiente natural como algo distante do homem urbano é enganoso. Pensar o homem urbano como livre das forças da natureza e senhor único das ações no planeta Terra também o é.

À guisa de conclusão

Pontuar referências teóricas para o entendimento da problemática ambiental se instaura como uma necessidade premente, na medida em que vemos esboçadas ações que visam discutir uma legislação ambiental internacional sobrepondo-se à soberania dos Estados-Nacionais. Ainda que esta forma de organização mereça ser revista, apenas com referências teóricas explicitadas, acompanhadas de pesquisas específicas, pode-se discutir um contrato internacional, uma carta de intenções ambientais. Países como o Brasil, por sua extensão territorial e disponibilidade (ainda...) de recursos minerais e vegetais, podem ser induzidos a tomar medidas de preservação de áreas, a partir de discursos científicos que legitimariam tal processo. Em geral, os produtores daqueles discursos desconsideram os habi-

tantes das áreas, que funcionariam como provedores da vida, mas da vida do outro.

Mais que um pacto de intenções ambientais, é fundamental discutir-se a repartição da renda mundial, pautando-se em primeiro lugar a qualidade de vida. Melhorar a qualidade de vida dos países periféricos é a primeira medida preservacionista a ser compactuada. Pois, do contrário, continuaremos a participar do bloco mundial como provedores do outro. Proposições como a da conversão da dívida externa em investimentos na preservação ambiental trarão novos recursos aos países periféricos. Recursos que, ao invés de prover as carências sociais, serão destinados aos "ecossistemas alheios às impurezas do sistema", base para pesquisas futuras. O futuro da manutenção da desigualdade social.

RESUMO

Com este trabalho, procuramos contribuir para a discussão da problemática ambiental do ponto de vista teórico. Muito se tem falado e escrito a respeito do "meio ambiente". Acreditamos que se faz necessário refletir sobre o ambiente natural e o produzido, indo buscar referências teóricas para os países periféricos, em especial aque-

les que ainda contam com a ocorrência de ecossistemas naturais em seu território. Sendo assim, nos dispomos a tratar o ambiente na sua forma natural, ou seja, "sem intervenção humana", e na sua forma produzida, tendo a ação antrópica como cerne da sua construção. Por fim, balizamos referências para a preservação ambiental.

ABSTRACT

With this paper, we try to contribute to the discussion about the environmental question, seen from a theoretical point of view. Much has been said and written about the "environment". We believe it's necessary to reflect on the natural and produced environment, searching for theoretical references in what concerns peripheral countries,

especially those which still have got natural ecosystems in their territory. This is why we intend to treat the environment in its natural form, which means, "with no human interference", as well as in its produced form, being here the human activity the basis for its construction. At last, we set some points as references to the environmental preservation.

BIBLIOGRAFIA

- CAPRA, F. — 1986 — *O ponto de mutação*, Ed. Cultrix, São Paulo.
- CASINI, P. — 1979 — *As filosofias da natureza*, Presença, Lisboa.
- COLLINGWOOD, R. G. — 1986 — *Ciência e filosofia: a idéia de natureza*, Presença, Lisboa.
- COLTRINARI, L. (org.) — 1986 — "Técnica, teoria e crítica em Geografia Física"; número especial do *Boletim Paulista de Geografia* nº 63 — AGB — São Paulo.
- DUPUY, J. P. — 1980 — *Introdução à crítica da ecologia política*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- GONÇALVES, C. W. P. — 1989 — *(Des)Caminhos do meio ambiente*, Ed. Contexto, São Paulo.
- MONTEIRO, C. A. de F. — 1984 — "Geografia e ambiente". In: *Orientação* nº 5, pp. 19-27 — IGEOG/USP — São Paulo.
- OLIVEIRA, A. U. de — 1981 — "Agricultura e indústria no Brasil". In: *Boletim Paulista de Geografia* nº 58, pp. 6-64 — AGB — São Paulo.
- SANTOS, M. — 1977 — "Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método". In: *Boletim Paulista de Geografia* nº 54, pp. 81-100 — AGB — São Paulo.
- SEABRA, M. F. G. — 1984 — "Geografia(s)?" . In: *Orientação* nº 5, pp. 9-17 — IGEOG/USP — São Paulo.
- TIEZZI, E. — 1988 — *Tempos históricos, tempos biológicos*, Ed. Nobel, São Paulo.
- VESENTINI, J. W. — 1989 — *Geografia, natureza e sociedade*, Ed. Contexto, São Paulo.